

AGINDO GLOBALMENTE

Para muitos brasileiros, um processo que se desenrola nos imponentes corredores e salas de conferência da longínqua ONU pode parecer um tanto irrelevante para seu dia-a-dia. Tal sensação é compreensível, mas não condiz com a realidade do fluxo de armas no país, que tem a desonra de ser o campeão mundial em números absolutos de mortes anuais por armas de fogo.

Se é bem verdade que a vasta maioria das armas em circulação no país é de produção nacional – a CPI do Tráfico de Armas mostrou que por volta de 85% das armas apreendidas são brasileiríssimas – um contingente cada vez mais visível tem procedência internacional. Provindas do tráfico internacional e passando por portos mal monitorados e fronteiras porosas como aquelas com o Paraguai e Suriname, ou entrando legalmente para lojas e forças de segurança e depois desviadas, estas armas muitas vezes são automáticas, de maior calibre e poder de fogo que suas similares nacionais. O noticiário policial nos oferece repetidos exemplos de sua prevalência e poder de destruição, especialmente em casos específicos como das facções do crime organizado no Rio de Janeiro.

Além das armas estrangeiras que causam danos à população brasileira, há outro aspecto primordial: o Brasil é o segundo maior exportador de armas do continente americano – após os EUA – e o sexto maior exportador de armas leves (pistolas e revólveres) do mundo. Os números são impressionantes: 2,3 milhões de armas produzidas entre 2002 e 2006, das quais 1,7 milhões exportadas. Portanto, nosso país tem um papel de destaque tanto na oferta quanto na demanda por armas, comprovados vetores da violência urbana e catalisadores de conflitos internos ao redor do mundo. Acreditamos assim que o país tem a responsabilidade moral, com seus cidadãos e com a comunidade internacional, de evitar que armas caiam nas mãos erradas.

É exatamente por isso que o Instituto Sou da Paz tem se empenhado na ONU por um Tratado de Controle do Comércio de Armas. Incrivelmente, estes produtos literalmente desenvolvidos para matar não têm nenhum tipo de regulamentação jurídica global, podendo ser exportados ou importados ao bel prazer de países e muitas vezes grupos armados. Tal flexibilidade comercial não ocorre nem para carne, bananas ou outros produtos agrícolas, de periculosidade nula ou ínfima. Nossa luta pelo Tratado (conhecido como ATT por suas siglas em inglês) visa basicamente garantir que armas (tanto leves quanto convencionais, como mísseis ou aviões de guerra) só possam ser exportadas para países que efetivamente evitem que as armas sejam desviadas ou usadas para cometer abusos dos direitos dos seus cidadãos.

A importância dos esforços internacionais na área de controle de armas vem exatamente da realidade de que legislações e políticas nacionais – como o Estatuto do Desarmamento – são essenciais porém insuficientes para abarcar as realidades do mercado mundial das armas, de produção e fluxos cada vez mais globalizados. São necessárias também medidas regionais e internacionais que complementem e fortaleçam as políticas domésticas. Por fazer questão de participar ativamente na construção destas medidas, o Instituto Sou da Paz coordena no Brasil desde 2003 a campanha Control Arms – que desenvolve ações de mobilização pelo Tratado ao redor do mundo – e participa do ATT Steering Committee, grupo de 15 ONGs espalhadas pelo globo que desenvolvem e executam as estratégias políticas em prol do instrumento na ONU.

Nossa atuação para além das fronteiras do Brasil acontece tanto em âmbito global, quanto regionalmente. Procuramos aprender e dialogar com nossos vizinhos, considerando que existem problemas compartilhados pelos países latino-americanos que nem sempre encontram eco na esfera mundial. Nesse sentido, somos membro da coordenação do CLAVE (Coalizão Latino-Americana pela Prevenção da Violência Armada), rede de ONGs da América Latina que atuam em diferentes áreas da segurança pública. O intuito deste relacionamento em rede é receber e oferecer informações que possam embasar novas políticas públicas contra a violência em nossos países, assim como buscar soluções regionais para fenômenos que ultrapassam nossas fronteiras.

Bons exemplos destas práticas são a disseminação do Estatuto do Desarmamento como exemplo para a sociedade civil de países que ainda não têm legislação nacional de controle de armas, assim como o compartilhamento de informações sobre nossa campanha de recolhimento de armas com ONGs da Argentina, que embarcou há pouco em campanha similar com muito sucesso. No âmbito governamental, a atuação da sociedade civil contribuiu, por exemplo, para soluções regionais que ajudaram a diminuir consideravelmente o “efeito bumerangue” de armas exportadas que retornavam ilícitamente ao Brasil, como a moratória de exportações ao Paraguai e a implementação de alíquota de 150% para exportação de armas a todos os países vizinhos.

O sucesso destas medidas e os desafios homéricos que nos aguardam na realização de outras são os combustíveis que nos impulsionam a ativamente contribuir para a busca de soluções regionais e globais para o obscuro problema da violência armada no Brasil, na América Latina, no mundo. No Instituto Sou da Paz, acreditamos veementemente que precisamos mudar o mundo para mudar a realidade do nosso país, da nossa cidade, e da nossa rua.

Daniel Mack é coordenador de políticas de controle de armas do Instituto Sou da Paz